

FACES DA POBREZA

UM ESTUDO PARA A CIDADE DE MONTES CLAROS (MG)

Gilmara Emília Teixeira
Unimontes

Luciene Rodrigues
Unimontes

Carlos Renato Theophilo
Unimontes

Resumo

Este artigo analisa aspectos da pobreza e desenvolvimento na cidade de Montes Claros e quem são, em geral, as pessoas em situação de pobreza. Segundo Lavinias (2002) uma das características do pobre é receber algum tipo de assistência social e conforme Sen (2000) são pessoas que sofrem privações de exercerem suas liberdades substantivas e instrumentais. Por meio dos índices de pobreza unidimensional e multidimensional caracteriza-se a pobreza na cidade e a partir de uma amostra de famílias beneficiárias da Bolsa família identifica-se pessoas pobres e suas limitações referentes às liberdades substantivas e instrumentais que dificultam a expansão de suas capacidades.

Palavras-chave: Pobreza, Desenvolvimento, Liberdades substantivas e instrumentais.

Introdução

Este trabalho está centrado na análise das faces e interfaces da pobreza e do desenvolvimento. Isso é particularmente importante num contexto de rápido envelhecimento populacional, cujas facetas do processo atingem toda a população, com reflexos mais impactantes sobre as pessoas consideradas pobres. Particularmente, são analisados os aspectos da pobreza e do desenvolvimento na cidade de Montes Claros (MG) e quem são, em geral, as pessoas em situação de pobreza neste município brasileiro. O estudo é desenvolvido a partir do conceito referido por Lavinias (2002), em que uma das principais características do pobre é receber algum tipo de assistência social. É baseado também na referência analítica de Sen (2000), em que pobres são aquelas pessoas que sofrem privações de exercerem suas liberdades substantivas e instrumentais, carentes de oportunidades básicas, como acesso à educação, à saúde, ao lazer, à alimentação adequada; vulneráveis a situações de fome; mais propensos à morte prematura; muitas vezes desempregados ou com empregos precários e com renda insuficiente para sobrevivência. Decidiu-se selecionar para a pesquisa pessoas consideradas pelo poder público como vivendo em situação de pobreza. A população de estudo foi assim constituída de 23,9 mil famílias que recebem o benefício Bolsa Família na cidade, conforme banco de dados fornecido pela Prefeitura Municipal de Montes Claros (MG). A amostra foi constituída por dois grupos: as 149 famílias respondentes dos formulários e as 15 famílias entrevistadas. Os formulários, juntamente com as entrevistas, possibilitam perceber se essas pessoas

desfrutam ou não as liberdades substantivas e instrumentais e, assim caracterizar como a pobreza é vivenciada na cidade de Montes Claros (MG). Num primeiro momento, caracteriza-se a pobreza da cidade de Montes Claros por meio dos índices de pobreza unidimensional e multidimensional, considerando variáveis como renda, equipamentos sociais, índice de desemprego, índice de violência, índice de escolaridade. Num segundo momento, a partir de uma pesquisa empírica quanti-qualitativa, identifica-se algumas dessas pessoas pobres que vivem no município, destacando algumas das limitações no que refere às liberdades substantivas e instrumentais que em geral sofrem e que dificultam a expansão de diversas capacidades.

Os índices de desigualdade, pobreza unidimensional e pobreza multidimensional

A microrregião de Montes Claros (MG) possui elevados índices de desigualdade. Como se nota, todos os municípios possuem o índice de Gini¹ maior que 0,5. Os altos índices de desigualdade de renda dessa microrregião são acompanhados de altos índices de pobreza unidimensional (índice de Sen²), salvo a cidade de Montes Claros, que como se pôde analisar anteriormente, possui o maior número de equipamentos sociais, já que com maior possibilidade de acesso a bens públicos, a renda dessa população pode ser direcionada ao consumo maior de bens privados. Dos 22 municípios, apenas 5 deles apresentam índice de Sen abaixo de 0,5, constatando que o número de pessoas que vivem com renda insuficiente para a aquisição de bens básicos de sobrevivência é elevado.

¹ O índice de Gini mede a desigualdade existente na distribuição de indivíduos conforme a renda. Assume valores entre 0 e 1 quanto mais próximo de 1 maior a desigualdade de renda.

² O índice de Sen assume valores entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1 maior o nível de pobreza observado.

TABELA 1: Índices de Gini e de Sen segundo municípios da Microrregião de Montes Claros (MG), 2000.

Municípios	Índice de Gini*	Índice de Sen**
Ibiracatu	0,65	0,70
Verdelândia	0,57	0,67
Japonvar	0,60	0,66
Ubaí	0,65	0,65
Patis	0,60	0,64
Campo Azul	0,61	0,62
Varzelândia	0,63	0,62
São João do Pacuí	0,56	0,61
Lontra	0,57	0,57
São João da Ponte	0,58	0,57
Luislândia	0,52	0,56
Mirabela	0,59	0,55
Ponto Chique	0,61	0,55
Coração de Jesus	0,63	0,54
São João da Lagoa	0,61	0,54
Capitão Enéas	0,58	0,52
Brasília de Minas	0,61	0,51
Glaucilândia	0,56	0,49
Francisco Sá	0,54	0,48
Juramento	0,53	0,45
Claro dos Poções	0,52	0,43
Montes Claros	0,62	0,27
Microrregião de MOC	0,59	0,55
Minas Gerais	0,62	0,23
Brasil	0,65	0,27

*Atlas do Desenvolvimento do Brasil (2003), ** elaboração própria com base do Atlas do Desenvolvimento do Brasil (2003).

Um ponto relevante para esta análise é o fato de a Microrregião de Montes Claros (MG) possuir níveis de desigualdade de renda (0,59) menores que os níveis do estado de Minas Gerais (0,62) e do Brasil (0,65). No entanto, seu índice de pobreza de Sen é aproximadamente duas vezes maior se comparado ao estado e ao país. Tal fato é um indicador de que se deve considerar outros aspectos que não somente a renda para explicar a pobreza na região.

Dessa maneira, constrói-se o índice de pobreza multidimensional, fundamentado no trabalho de Lopes (2003), que se baseou no trabalho de Costa (2002); utiliza-se a metodologia *Fuzzi Sets* e atribui-se graus³ às variáveis selecionadas: proporção de pobres (segundo linha de pobreza), proporção de pessoas empregadas com carteira assinada, índice de escolaridade, índice de violência, percentual de residências com água encanada e com banheiro; percentual de residências com coleta de lixo e percentual de residências com energia elétrica. Tais variáveis foram adotadas por se considerar o papel constitutivo relacionado às liberdades substantivas.

A partir da TAB. 2 pode-se verificar qual das variáveis selecionadas para investigação da pobreza multidimensional possui uma menor quantidade na microrregião de Montes Claros (MG).

³ Os graus variam entre 0 e 1, 0 quando se tem o maior percentual ou a melhor situação no município, isto é, o município é bem dotado daquele atributo (variável em análise) 1 quando se tem o menor percentual ou nenhum; ou a pior situação no município, ou seja, o município não é dotado ou pouco dotado daquele atributo.

TABELA 2. Intensidade da pobreza segundo atributos indicadores de pobreza multidimensional: microrregião de Montes Claros (MG), 2000.

Municípios	% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	% de pessoas que vivem em domicílios com Coleta de lixo	% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	% de empregados com carteira assinada acima de 10 anos de idade	% de pobres	Mortalidade (até 1 ano de idade)e	Classificação do Índice de violência	Índice de Escolaridade
Brasília de Minas	0,50	0	0	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Campo Azul	0,75	0,50	0,50	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Capitão Enéas	0,50	0,50	0	0,75	0,75	0,25	0,50	0,75
Claro dos Poções	0,50	0,25	0	1	0,5	0,25	1	0,75
Coração de Jesus	0,75	0,50	0	1	0,75	0,25	0,75	0,75
Francisco Sá	0,50	0,25	0	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Glaucilândia	0,75	0	0	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Ibiracatu	1	0,75	0,50	1	0,75	0,25	0,50	1
Japonvar	0,75	0,25	0,25	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Juramento	0,5	0	0	0,75	0,50	0,25	0,50	0,75
Lontra	0,75	0,50	0	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Luislândia	0,75	0,25	0,25	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Mirabela	0,50	0,25	0	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Montes Claros	0	0	0	0,75	0,25	0,25	0,75	0,25
Patis	0,75	0,75	0,50	1	0,75	0,50	0,50	0,75
Ponto Chique	0,75	0,75	0,25	1	0,75	0,25	0,50	0,75
São João da Lagoa	0,75	0,50	0,25	1	0,75	0,25	0,50	0,75
São João da Ponte	0,75	0,50	0,25	1	0,75	0,25	0,50	0,75
São João do Pacuí	0,75	0,25	0,25	1	0,75	0,25	0,50	1
Ubai	0,75	0,75	0,25	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Varzelândia	0,75	0,50	0	1	0,75	0,25	0,50	0,75
Verdelândia	0,50	0,50	0,25	1	1	0,25	0,50	1
W_j	0,19	0,41	0,80	0,02	0,15	0,58	0,26	0,12

Fonte: elaboração própria com base nos Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2003) e Atlas da Exclusão Social (2004).

Como se pode verificar, o atributo que revela emprego na região – proporção de pessoas com carteira assinada – é o mais raro (peso de 0,02), seguido a este atributo o segundo mais escasso é a escolaridade (0,12), o que nos leva a refletir que há na região uma mão-de-obra pouco especializada. Em terceiro lugar, como uma medida da renda, o atributo percentual de pobres (0,15) revela uma intensidade de pessoas que vivem com renda abaixo da linha de pobreza (R\$ 75,50 em 2000) apontando que a renda é um recurso financeiro insuficiente na região associado ao alto índice de desigualdade da microrregião de Montes Claros (0,59). Em quarto o acesso à água e saneamento básico (0,19) é um outro problema que afeta a população pobre da região. Em quinto lugar, e não menos importante, a segurança (0,26), apontando perda de bem-estar, isso é, afirmando a vulnerabilidade a que estas pessoas estão expostas.

A partir dos dados da TAB. 2 foi possível construir os índices de pobreza multidimensional para os municípios da Microrregião de Montes Claros (MG).

TABELA 3: Índices de pobreza multidimensional – MB (a_i), segundo municípios da Microrregião de Montes Claros (MG), 2000.

Municípios	MB (a_i)
Patis	0,59
Ibiracatu	0,56
Campo Azul	0,49
Ponto Chique	0,45
Ubaí	0,45
Verdelândia	0,42
São João da Lagoa	0,41
São João da Ponte	0,41
São João do Pacuí	0,38
Japonvar	0,37
Luislândia	0,37
Coração de Jesus	0,36
Lontra	0,33
Varzelândia	0,33
Capitão Enéas	0,31
Claro dos Poções	0,31
Francisco Sá	0,27
Mirabela	0,27
Glaucilândia	0,25
Brasília de Minas	0,23
Juramento	0,22
Montes Claros	0,17
Microrregião de Montes Claros – MG	μ_β (a_i) 0,36

Fonte: elaboração própria com base nos Atlas de desenvolvimento humano no Brasil (2003) e Atlas da exclusão social (2004).

Quando se analisa a pobreza, considerando outros fatores que não somente a renda, isso é, a pobreza em seu aspecto multidimensional, constata-se na microrregião de Montes Claros (MG), apenas 5 municípios com pobreza mais intensa segundo o índice MB (a_i): Patis (0,59), Ibiracatu (0,56); Campo Azul (0,49); Ponto Chique (0,45) e Ubaí (0,45). Porém, o grau de pobreza multidimensional desses municípios ainda é menor se comparado ao grau de pobreza econômica (unidimensional). Basta verificar que para a microrregião de Montes Claros (MG), o índice de pobreza unidimensional é aproximadamente uma vez e meia maior que o índice pobreza multidimensional. A análise comparativa desses dois índices é importante para ressaltar que há relação entre a pobreza econômica e a pobreza multidimensional, porém deve-se ter o cuidado para que tais indicadores não sejam utilizados como parâmetro que justifique apenas políticas de crescimento econômico, em detrimento de investimentos em educação, saúde, lazer, segurança o que tenderia a elevar a pobreza multidimensional na região.

Considerando a renda como um meio importante para obtenção de capacidades básicas (embora não seja o único), foram traçadas inter-relações entre desigualdade de renda e índice de pobreza multidimensional, a partir de agrupamentos homogêneos utilizando novamente a técnica *cluster analysis*.

TABELA 4: Agrupamento dos municípios da microrregião de Montes Claros (MG), segundo índice de Gini e índice de pobreza multidimensional – 2000.

Grupo	Municípios
<i>Cluster 1</i>	Brasília de Minas, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Francisco Sá, Glaucilândia, Juramento, Lontra, Mirabela e Montes Claros.
<i>Cluster 2</i>	Campo Azul, Coração de Jesus, Japonvar, Luislândia, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubaí, Varzelândia e Verdelândia.
<i>Cluster 3</i>	Ibiracatu e Patis.

Fonte: elaboração própria.

O *Cluster 1* se caracteriza por municípios menos pobres, porém com alta desigualdade de renda. Um exemplo é a cidade de Montes Claros que possui um elevado índice de desigualdade (0,62), embora possua o menor grau de pobreza da microrregião (0,17), o que não significa que não se encontre nesse município pessoas em situação de pobreza extrema.

O *Cluster 2* é representando por municípios com pobreza mais intensa que o agrupamento anterior e elevada desigualdade de renda.

O *Cluster 3*, formado apenas pelos municípios de Ibiracatu e Patis representam os municípios em pior situação na microrregião. Além de altos índices de desigualdade, estes municípios possuem um grau de pobreza elevada (acima de 0,5).

Quem são os pobres da cidade de Montes Claros (MG)?

Esse estudo entende as pessoas pobres a partir da referência analítica de Sen (2000), como aquelas que sofrem privações de exercerem suas liberdades substantivas e instrumentais; carentes de oportunidades básicas, como acesso à educação, à saúde, ao

lazer, à alimentação adequada; vulneráveis a situações de fome; mais propensos à morte prematura; muitas vezes desempregados ou com empregos precários; com renda insuficiente para sobrevivência. Tais situações podem incidir ao mesmo tempo, ou isoladamente. Como já referido anteriormente, a caracterização de quem, em geral, são essas pessoas, que passam por inúmeras privações, foi feita a partir dos beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Montes Claros – MG. A pesquisa foi realizada entre os meses de outubro de 2006 e janeiro de 2007.

Das pessoas respondentes, 3% são homens e casados e 97% são mulheres, destas 60% são casadas, 20% solteiras, 13% separadas e 7% viúvas. O fato do maior percentual de pessoas pesquisadas ser do sexo feminino condiz com a proposta do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que considera a mulher como público-alvo preferencial para recebimento do benefício pela família. Segundo o MDS esta decisão leva em consideração o papel da mulher na manutenção da família e sua capacidade de utilizar os recursos para benefício familiar. Ou seja, há nesse ponto um viés em termos de política pública que coloca a mulher como a responsável pelo setor produtivo.

Das famílias pesquisadas, no cômputo total dos benefícios da rede de proteção social, 95% são contempladas com a Bolsa Família, 2% Bolsa Alimentação⁴ e 3% Bolsa Escola. Considerando o estabelecido pelo programa, somente famílias com renda mensal entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00 e que tenham gestantes, nutrizes e crianças e/ou adolescentes entre 0 e 15 anos estão aptas a receber o benefício. O GRAF. 1 aponta que 6% dos beneficiários são gestantes e nutrizes e que a grande maioria das famílias (41%) recebe o benefício para uma única criança ou adolescente, porém, é bem significativo o número de famílias beneficiadas que possuem acima de 2 crianças ou adolescentes (52%).

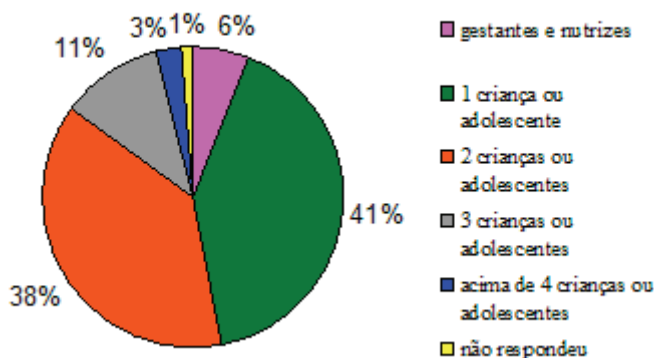


Gráfico 1: Tipos de beneficiados por família – Montes Claros (MG), 2006.

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros – MG, outubro de 2006.

Das 149 famílias pesquisadas têm-se uma totalidade 667 membros, dos quais 256 pessoas são beneficiárias do PBF, se distribuem entre gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes que recebem benefício. Como informa a TAB. 4, o maior número de pessoas beneficiadas pertencem a famílias compostas por 4 e 6 membros (70%); em segundo lugar

⁴ As famílias que informaram receber Bolsa Alimentação e Bolsa Escola, referem-se à Bolsa Família, no qual unificou os outros programas. O que acontece é que algumas famílias ainda não atualizaram o cartão, e por esse motivo, recebem o Bolsa Família, porém com o cartão da Bolsa Alimentação ou Bolsa Escola.

a famílias entre 1 e 3 membros (18%) e apenas 12% pertencem a famílias com números de membros acima de 7 membros.

TABELA 5: Quantidade de crianças beneficiadas por composição familiar segundo quantidade de membros, Montes Claros – MG, 2006.

Quantidade de crianças beneficiadas	Número de pessoas que compõe a família				
	1 a 3 membros	4 a 6 membros	7 a 9 membros	10 a 12 membros	Acima de 12 membros
0	2*	7*	0	0	0
1	28	31	2	0	1
2	16	88	6	2	0
3	0	45	0	3	0
4	0	8	4	0	0
5	0	0	5	0	0
8	0	0	0	8	0
Total	46	179	17	13	1

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros – MG, outubro de 2006.

* nesse caso são gestantes e nutrizes.

Sobre a origem das famílias pesquisadas, 57% dos seus membros nasceram em Montes Claros (MG), 30% em outras cidades do Norte de Minas Gerais e 13% em outras regiões. Daqueles que vieram morar na cidade 43% deles justificaram como principal motivo o familiar, seguido de busca de emprego e melhores de condições de vida respectivamente.

Em relação às dificuldades que encontram para sobreviver (TAB. 6), a insuficiência de renda é apontada como a principal (34,9%), seguida da escassez de emprego (26%) e pela alimentação insuficiente ou inadequada (7%). Nota-se que questões como saúde, moradia e violência ocupam aproximadamente 9% das preocupações dessas pessoas e que as demais (4,2%) são ocupadas por inseguranças em relação ao custo de vida, discriminação, expectativa de vida, impostos elevados, localização da moradia e oportunidades em geral.

TABELA 6: Dificuldades de sobrevivência (%) – Montes Claros – MG, 2006.

Dificuldades	(%)
Renda	34,9
Emprego	26
Alimento	8,7
não respondeu	6,7
Todas	5,4
Nenhuma	4,7
Saúde	4,7
Moradia	2,7
Violência	2,0
Discriminação	0,7
Expectativa de vida	0,7
Impostos	0,7
Localização	0,7
Oportunidade	0,7
Custo de vida	0,7

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros (MG), outubro de 2006.

Uma imagem da pobreza reproduzida pelas dificuldades de sobrevivência é o pobre como representado como explorado, pauperizado. Nota-se em diversos depoimentos a exploração do trabalhador em que a precariedade do emprego conduz a situações de privações de diversos tipos de liberdade:

Já passei dificuldade quando eu morava debaixo da lona. Já aconteceu de eu levar arroz com farinha para o serviço porque não tinha feijão, carne, não tinha nada. É por isso que eu digo que não abandono minha carroça para trabalhar para os outros porque sei que vou voltar a passar fome.
(A. P.A, homem, 42 anos, casado, 2 filhos).

Quando questionados se consideram pertencer à categoria dos pobres, 82% afirmaram que sim e apenas 18% não se julgaram pobres. Dentre os principais motivos apontados pelos que consideraram pertencerem à categoria de pobres: 60% justificaram ter baixa renda ou insuficiente para as necessidades básicas, 24% não souberam responder, 5% associaram à falta de emprego, 5% ao baixo padrão de vida e os 6% restantes associaram a outros motivos, tais como: alimentação, moradia, conforto precário.

Alguns acumulam desvantagens para sobreviver, e apesar da capacidade que possuem de reconhecer a penúria de suas condições de vida, há certa acomodação:

Eu estou parado. Se nós tivesse dinheiro nós num estava num lugar desses, só se vê coisa errada e criar os filhos num lugar desse também é ruim. Ninguém quer criar os filhos num lugar desse, eu mesmo se tivesse condição não morava aqui.

A dificuldade é uma coisa só: é o estabelecimento de vida que a gente tem, é só isso aqui mesmo, não tem como sair daqui e ir para lugar nenhum.
(C. J. S, homem, 30 anos, casado, 7 filhos).

A partir da apreensão desse sentimento de pertencimento à categoria dos pobres, parte-se para uma análise mais específica sobre as privações das liberdades substantivas e instrumentais, isto é, os papéis da liberdade: constitutivo e instrumental; vivenciada por esta população.

Liberdades substantivas

O papel constitutivo da pobreza está relacionado às liberdades substantivas. Significa que a expansão dessas liberdades são partes constitutivas do desenvolvimento, isto é, o *fim* primordial do desenvolvimento. Segundo Sen (2000) as liberdades substantivas incluem *capacidades elementares* como impedir privações básicas, tais como analfabetismo, fome, subnutrição, morbidez evitável e morte prematura, ter participação política, liberdade de expressão.

Considerando essas capacidades ditas como elementares observam-se algumas variáveis, descritas a seguir, para averiguar quais são as situações que limitam as liberdades substantivas e, portanto, condicionam algumas pessoas a situações de pobreza na cidade de Montes Claros (MG).

Em relação à educação, 91% das pessoas pesquisadas afirmaram que sabem ler e escrever. Destas, 2% afirmam que freqüentam escolas privadas, 7% freqüentam escolas públicas, 90% não freqüentam mais a escola, mas já freqüentaram e 1% diz nunca ter freqüentado a escola.

As pessoas pesquisadas apresentam um baixo grau de instrução (GRAF.2) já que ao todo 54% indicaram ter estudado no máximo até a 8ª série do ensino fundamental, 27% possuem o ensino médio e apenas 1% ensino superior. Dos filhos entre 0 e 15 anos, considerando que crianças com idade escolar devem freqüentar a escola como requisito para obtenção do benefício, o grau de escolaridade é maior no ensino fundamental (71%), seguido daqueles que freqüentam a pré-escola (14%).

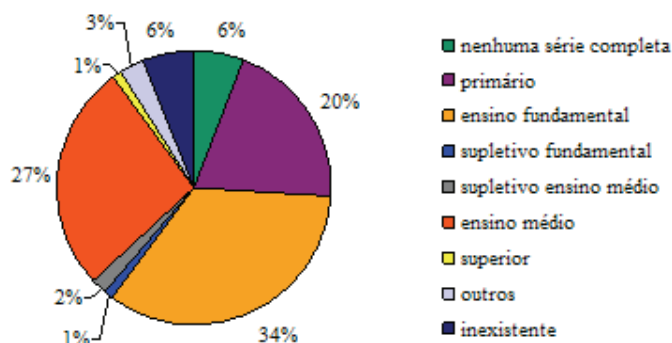


Gráfico 2: Grau de instrução, Montes Claros (MG), 2006.

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros (MG), outubro de 2006.

Sobre a quantidade de alimentos ingerida (TAB. 6), 56% das famílias avaliam que às vezes ela não é suficiente; 24% declaram que a quantidade normalmente não é suficiente e apenas 20% atestam ser sempre suficiente. Quando questionados sobre já terem passado fome, 24% dos pesquisados afirmaram já ter passado fome durante a vida e/ou algum membro de sua família, 13 pessoas disseram ter passado fome por 2 dias.

TABELA 7: Exposição a situações de Privação Alimentar (Fome), Montes Claros (MG), 2006.

Quantidade de dias que passaram fome durante toda a vida	Quantidade de pessoas
1	3
2	13
3	8
4	2
5	3
6	1
7	2
10	1
30	1
60	1
Total	35

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros (MG), outubro de 2006.

Embora alguns não sejam vulneráveis às situações de privação alimentar por meio das formas que encontraram para trabalhar, outros encontraram na mendicância, durante um tempo, uma maneira para obter alimentos.

Eu peço ajuda. É muito triste né? Porque meus filhos me pedem uma coisa eu não tenho. Daí quando eu chamo eles para irem para rua pedir eles diz “ô mãe eu não

posso pedir estou com vergonha”. Mas eu vou fazer o que? Tenho que conseguir alimento. Aí eu digo, se vocês não querem ir para rua pedir, fique aí que eu vou! (M. L.S, mulher, 45 anos, casada, 12 filhos).

À pergunta se já houve casos de crianças desnutridas na família, 26% responderam que sim. Desses, 60% indicaram que contornaram a situação por meio da ajuda da Pastoral da Criança⁵; 22% pelo atendimento médico, seja do posto de saúde ou hospital; 9% por ajuda governamental; 6% por tratamentos caseiros, 3% com ajuda dos parentes.

Liberdades instrumentais

As liberdades instrumentais que as pessoas desfrutam representam o principal *meio* para o desenvolvimento; contribuem para a promoção do desenvolvimento. Sen (2000) destaca cinco tipos de liberdades instrumentais: i) Facilidades econômicas, ii) Oportunidades sociais, iii) Liberdades políticas, iv) Garantias de transparência e v) Segurança protetora.

1) *Facilidades econômicas*: conforme Sen (2000) são as oportunidades que as pessoas têm para fazer uso dos recursos econômicos com finalidade de consumo, produção ou troca. Nesse sentido, analisam-se as condições de moradia, emprego e renda.

Sobre as condições de moradia, 34% dizem ser boas, 36% satisfatórias, 18% afirmam ser ruins e 12% não souberam responder. No geral as pessoas estão satisfeitas. As características do domicílio refletem esta opinião, já que, 60% dos pesquisados possuem casa própria, 69% dizem que as casas não são rústicas.

Das moradias, conforme TAB. 8, 50% possuem entre 4 e 5 cômodos; 75% das casas têm entre um e dois dormitórios, considerando que a maioria das famílias beneficiadas pelo programa têm composição familiar entre 4 e 6 membros, o número de dormitórios é relativamente pequeno; 94% possuem um banheiro, 97% possuem rede geral de abastecimento de água e 88% das casas têm rede geral de escoadouro sanitário.

⁵ A Pastoral da Criança surgiu em 1982, em uma reunião das Organizações das Nações Unidas (ONU) em Genebra, quando surgiu a proposta de que a Igreja poderia ajudar a salvar milhares de vidas de crianças que faleciam de doenças facilmente preveníveis como a desidratação provocada pela diarreia. Atualmente, a Pastoral da Criança vem sendo destacada como uma das mais importantes organizações do mundo a trabalhar em saúde, nutrição e educação da criança, do ventre materno aos seis anos de vida, abrangendo famílias e comunidades. Atua, essencialmente, nas periferias das grandes cidades e nos bolsões de pobreza e miséria dos pequenos e médios municípios brasileiros, tanto no meio urbano e rural, quanto em áreas indígenas. (NEUMANN, 2000).

TABELA 8: Características do domicílio, Montes Claros (MG), 2006.

Tipo	(%)	Ocupação	(%)
casa não rústica	69	próprio já pago	60
casa rústica	24	próprio em aquisição	1
Apartamento	1	Alugado	12
Cômodo	5	cedido por particular	24
não respondeu	1	Outra	1
Quantidade de dormitórios	(%)	Não respondeu	2
entre 0 e 1	27	Quantidade de banheiros	(%)
Dois	48	Nenhum	1
entre 3 e 4	22	Um	94
acima de 5	2	Entre 2 e 3	4
não respondeu	1	Não respondeu	1
Quantidade de cômodos	(%)	Tipo de escoadouro sanitário	(%)
Um	2	Rede geral	88
entre 2 a 3	17	Fossa séptica	5
entre 4 e 5	50	Fossa rudimentar	1
acima de 6	30	outros escoadouros	1
não respondeu	1	Não respondeu	5
Abastecimento de água	(%)		
		rede geral	97
		poço ou nascente	1
		outra forma	1
		não respondeu	1

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros (MG), outubro de 2006.

Tratando-se de facilidades econômicas, o emprego representa um meio importante para que as pessoas tenham um modo para consumir, trocar e produzir. Dessa maneira, caracterizam-se, em geral, quais são as ocupações dessas pessoas e o sentimento em relação ao emprego.

Dos membros familiares ocupados, de acordo com a TAB. 9, o pai se posiciona em primeiro lugar (80 pessoas), o segundo lugar é ocupado pela mãe (64 pessoas).

TABELA 9: Ocupação dos pesquisados por membros da família, Montes Claros (MG), 2006

Ocupação	Pai	Mãe	Filho	Tio	Outros	Total
empregado privado	35	5	15	0	1	56
empregado público	10	4	2	0	0	16
empregado doméstico	0	30	3	0	0	33
Empregador	2	0	1	0	0	3
conta própria	29	23	11	9	1	73
aprendiz ou estagiário	1	0	1	0	0	2
não-remunerado em ajuda a membro do domicílio	0	1	0	0	0	1
trabalhador na produção para o próprio consumo	3	0	0	0	0	3
Trabalhador voluntário	0	0	1	0	0	1
Desempregado	0	1	0	0	0	1
Total	80	64	34	9	2	189

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros (MG), outubro de 2006.

Do total das 149 famílias pesquisadas, 189 membros trabalham. Conforme o GRAF. 3, a grande maioria trabalha por conta própria (39%), geralmente no setor informal, ou estão empregados no setor privado (30%).

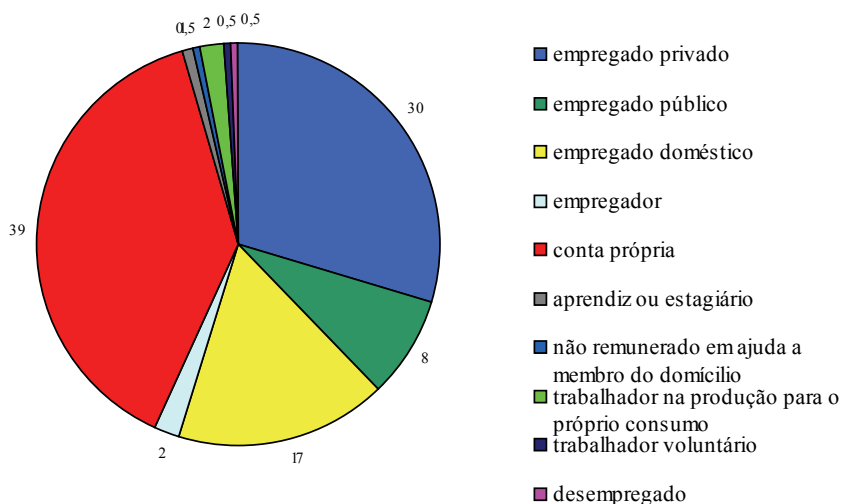


Gráfico 3: Ocupação das famílias que recebem Bolsa Família (%), Montes Claros (MG), 2006.

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros (MG), outubro de 2006.

Ao investigar sobre o desemprego, apenas 21% afirmaram que não há nenhuma pessoa desempregada na família; nas demais, 38% afirmaram que há pelo menos uma pessoa desempregada, 19% dizem que há duas pessoas desempregadas na família, em 7% das famílias 3 pessoas estão desempregadas e em 15% das famílias há mais de 4 pessoas desempregadas. Considerando que o desemprego é um dos fatores que preservam a pobreza e a precariedade, questionou-se junto a essas famílias se algo mais lhes faltaria se houvesse

emprego para todos os seus membros em idade ativa. Cerca de 92% dessas famílias responderam que não, nada mais faltaria; o que confirma, de certa maneira, que, na concepção dessas pessoas o trabalho é um meio essencial e que por meio dele é possível obter outros bens como: saúde, alimentação, educação etc.

A renda considerada como um meio e não como o fim do desenvolvimento, é um outro aspecto relevante quando se trata de entender as liberdades instrumentais. Nesse sentido, investigou-se sobre o rendimento bruto das famílias que são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Segundo a pesquisa realizada, 13% das famílias possuem um rendimento mensal bruto de até 0,5 (meio) salário mínimo⁶, 27% entre 0,5 a menos de 1 salário mínimo, 42% das famílias recebem entre 1 a menos de 1,5 salários mínimos, 9% recebem de 1,5 a 2 salários mínimos e 9% acima de dois salários mínimos. Na opinião da maioria das famílias (42%), o rendimento familiar que possuem permite “levar a vida” até o fim do mês com muita dificuldade, 28% com alguma dificuldade, 21% com dificuldades e 9% com certa facilidade.

A relação entre rendimento mensal bruto e consumo alimentar constata que 24% das famílias afirmam que a quantidade de alimento consumido normalmente não é suficiente. Dessas, 43% possuem uma renda mensal entre R\$200,00 e R\$350,00 e 34% têm uma renda mensal entre R\$350,00 e R\$700,00. Para 84% das famílias a renda mensal bruta às vezes é insuficiente, principalmente entre as famílias que recebem renda entre R\$350,00 e R\$700,00 (52%); e entre aquelas que recebem renda mensal bruta entre R\$200,00 e R\$350,00 (27%). Há aqueles para os quais a renda mensal bruta é sempre suficiente, 29% das famílias, das quais, nenhuma tem renda mensal inferior a R\$75,00, e a grande maioria (59%) possui renda mensal entre R\$350,00 e R\$700,00. Tal relação é relevante, pois indica que há na cidade de Montes Claros um número considerável de pessoas com baixo rendimento que não permite que as famílias consumam uma quantidade de alimentos que consideram suficientes. Tal fato condiz com o entendimento de que a insuficiência de renda é um fator que restringe a expansão das liberdades substantivas, como alimentação adequada, vestuário, dentre outros. Quando a renda é insuficiente, como se pode perceber no trecho abaixo, algumas vezes o acesso a bens materiais só é conseguido por completo com ajuda de outros familiares:

Não é suficiente, porque o dinheiro que meu marido ganha só dá mesmo para feira, pagar água, pagar luz. Não dá pra comprar um sapato, não dá pra comprar roupa. Porque a roupa quem é os tios, que dá roupa pra eles. Não dá para comprar verduras.

(E. A. F, mulher, 27 anos, casada, 3 filhos).

Os dados sobre o rendimento mensal bruto familiar antes de receber o benefício do Programa Bolsa família e após o recebimento revelam que 1% das famílias que possuíam renda até R\$75,00 passaram a receber entre R\$75,00 e R\$200,00; das pessoas que recebiam entre R\$75,00 e R\$200,00, 9% permaneceram nessa mesma faixa de rendimento, porém, 12% passaram a receber entre R\$200,00 a R\$350,00 e 1% delas entre R\$350,00 e R\$700,00; daquelas que recebiam entre R\$200,00 e R\$350,00 apenas 1% teve sua renda reduzida para até R\$75,00 justificado pelo desemprego e passou a ter a como única fonte de renda o benefício; 16% mantiveram na mesma faixa de renda e 26% passaram a ganhar entre R\$ 350,00 e R\$700,00; das famílias que recebiam entre R\$ 350,00 e R\$700,00

⁶ Salário mínimo brasileiro correspondia a R\$ 350,00 em outubro de 2006, período de realização da pesquisa.

somente 1% teve sua renda reduzida para uma faixa de renda entre R\$200,00 e R\$350,00 21% mantiveram na mesma faixa de renda e 4% passaram a receber acima de R\$ 700,00; 4% recebiam acima de R\$ 700,00 e com o benefício tiveram uma elevação na renda.

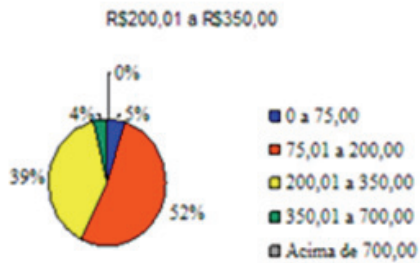


Gráfico 4 : Renda mensal mínima necessária para chegar ao fim do mês (%) – R\$200,01 a R\$350,00.

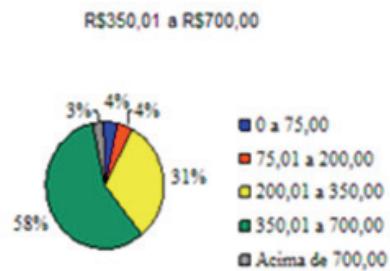


Gráfico 5 : Renda mensal mínima necessária para chegar ao fim do mês (%) – R\$350,01 a R\$700,00.

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros (MG), outubro de 2006.

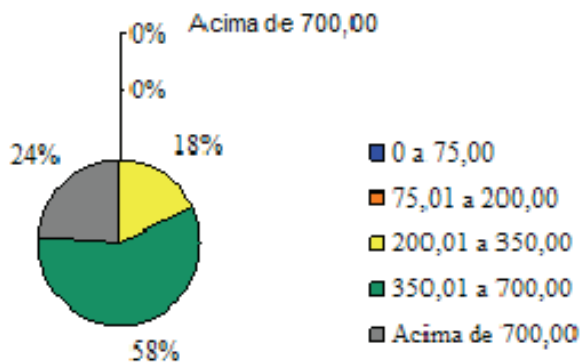


Gráfico 6: Renda mensal mínima necessária para chegar ao fim do mês (%) – acima de R\$700,00.

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros (MG), outubro de 2006.

A pesquisa revela que, em geral, aquelas pessoas pobres que não recebem nenhum tipo de benefício, a exemplo a Bolsa Família, possuem um conjunto de desvantagens em relação às liberdades desfrutadas por aquelas que complementam sua renda com o benefício. Nesses casos, a solidariedade entre os vizinhos, é fundamental para obter alguns bens essenciais à sobrevivência, como por exemplo, água:

Eu trabalho no Todos os Santos (bairro). Eu ganho 50 reais por mês, eu olho dois meninos lá, arrumo casa. Todo mês eu recebo 50 reais que eu gasto com uma feirinha, compro arroz e feijão. Aqui em casa não tem luz, não tem água. Eu pego água é na casa dos outros. É assim, peço numa casa, peço em outra. Não tem banheiro, nós vamos é no mato, né?
(J. S. A, mulher, 32 anos, solteira, 2 filhos).

Das famílias que acreditam que uma renda entre R\$200,01 e R\$350,00 é o necessário para chegar ao fim do mês, 5% dispõem de renda mensal entre R\$0,00 e R\$75,00; 52% entre R\$75,01 e R\$200,00; 39% entre R\$200,01 e R\$350,00 e 4% entre R\$350,01 e R\$700,00. Daqueles que consideram que uma renda entre R\$ 350,01 e R\$700,00 é a necessária para chegar ao fim do mês; 4% possuem renda mensal entre R\$0,00 e R\$75,00; 4% entre R\$75,01 e R\$200,00; 31% entre R\$200,01 e R\$350,00; 58% entre R\$350,01 e R\$700,00 e 3% possuem renda mensal acima de R\$700,00. Das famílias que afirmaram que uma renda mensal acima de R\$700,00 é aquela que permite chegar ao fim do mês; 18% possuem renda mensal entre R\$200,01 e R\$350,00; 58% entre R\$350,01 e R\$700,00 e 24% possuem renda mensal acima de R\$700,00. Portanto, o que se verifica é que há um percentual considerável de famílias que possuem uma renda mensal inferior àquela que julgam ser a necessária para pagamento das despesas até o fim do mês.

2) *Oportunidades sociais*: “são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde etc.” (SEN, 2000, p.56) e que refletem nas liberdades substantivas para que o indivíduo tenha uma vida melhor.

Para conhecer como as famílias pesquisadas desfrutam os serviços como abastecimento de água, coleta de lixo, iluminação de rua, drenagem da água de chuva e fornecimento de energia elétrica, foi pedido que elas avaliassem esses serviços como ‘bom’, ‘ruim’ ou ‘inexistente’.

TABELA 10: Avaliação da infra-estrutura, Montes Claros – MG, 2006.

Serviços	Bom (%)	Ruim (%)	Não tem (%)
Abastecimento de água	83	16	1
Coleta de lixo	93	7	-
Iluminação de rua	87	13	-
Drenagem da água da chuva	51	27	22
Fornecimento de energia elétrica	90	9	1

Fonte: pesquisa de campo, Montes Claros (MG), outubro de 2006.

Conforme os dados (TAB. 10), a avaliação feita pelas famílias é positiva em relação à infra-estrutura de modo geral. Porém, o grupo de pessoas entrevistadas apontou em sentido oposto, há aspectos em seus bairros que não atendem àqueles quesitos do *habitat*, inadequação quanto ao acesso a equipamentos e serviços sociais, saneamento básico, entorno com ruas pavimentadas (FIG. 1), transporte público, lazer, entre outros aspectos.

A falta de esgotos sanitários, recolhimento do lixo e pavimentação que traz consigo bichos peçonhentos e doenças, expõe os habitantes do lugar a riscos diários:

Aqui é muito bagunçado. Não é asfaltado, tem lama e tem essa bagunça de lixo que o pessoal joga aí em frente. As crianças é perigoso adoecer.

(G. D. A. M, mulher, 36 anos, separada, 7 filhos).

Tem rua que precisa de esgoto. Tem rua que se um carro passar pode atolar. Tem beco aqui que se um carro passar pode atolar. Tem beco aqui que não tem condição de andar, a rede de esgoto correndo no beco e criança pisando.

(A. P. A, homem, 42 anos, casado, 2 filhos).

Tem poeira demais. Eu tenho medo, tem cobra, tem bicho aqui demais. Está faltando o presidente do bairro ir a prefeitura e pedir pra limpar esse bairro, olha como está? Todo sujo! Aqui o pessoal considera como favela mesmo. Tem que melhorar o bairro, fazer um asfalto, melhorar bastante coisa.

(A.S.F.S, mulher, 27 anos, casada, 5 filhos).



Figura 1: Área residencial com ruas sem calçamento, esgoto correndo a céu aberto, Vila Mauricéia, Montes Claros – MG, 2007.

Cabe ainda ressaltar, que parte das famílias pesquisadas apontaram como causa de vulnerabilidade o local em que vivem. Os riscos a que estão expostas referem-se à violência do lugar em que moram, ao medo de desmoronamento das residências localizadas em morros, à localização de suas casas em alguns casos debaixo da rede de alta tensão elétrica. Muitos afirmam que não mudam do lugar por não terem condições financeiras, mas quando tiverem, que certamente se mudarão.

O sentimento de medo, quando se mora em ambientes que oferecem riscos é comum entre os diversos moradores, no caso da Vila Mauricéia, as pessoas em situação precária moram debaixo da rede de alta tensão (FIG.2), alguns ainda esperam por sua remoção para lugares mais apropriados para a habitação.



Figura 2: Vila Mauricéia: rede de alta tensão e residências das famílias em situação de pobreza, Montes Claros – MG, 2007.

Sobre o acesso à saúde, 71% das famílias responderam que procuram um posto de saúde quando estão doentes; 26% são atendidos em hospital público e apenas 3% são atendidas em hospital privado. Nenhuma das famílias respondeu que não possui acesso à saúde, aliás, geralmente sempre conseguem consulta, a dificuldade para algumas é o acesso aos remédios, que quando não são fornecidos pelo posto de saúde, são comprados com alguma dificuldade.

3) *Liberdades políticas*: refere-se à capacidade que as pessoas têm para estabelecer quem será seu governante, incluindo também a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades.

Todos os membros das famílias pesquisadas, com idade eleitoral, votam. Quando questionados sobre como fazem para escolher seus representantes, uns afirmam que escolhem aqueles que são mais comentados pelas pessoas, outros escolhem pela quantidade de melhorias que o candidato já fez na cidade, outros votam naqueles apontados por seus patrões como melhores candidatos.

Algumas pessoas são conscientes do seu dever de eleger um governante, embora, demonstrem certa decepção com alguns governos:

Esse ano eu não ia votar, ia anular. Mas a gente é cidadã, aí eu votei, mas não adiantou votar; não resolveu nada aqui, no bairro.
(A. S. F, mulher, 27 anos, casada, 5 filhos).

Quando a expectativa de melhoria não é atendida se transforma em descrença:

Eu acho que é um por todos e Deus por nós. Porque fala, fala, fala, promete, promete, no fim: nada. Eu não gosto de política, eu não confio em política. Eu voto porque sou obrigada.
(A. A. F, mulher, 29 anos, separada, 4 filhos).

Aqui é muito ruim porque não tem ajuda de ninguém dos políticos, hoje em dia promete muita coisa e não faz nada.
(J. S. A, mulher, 32 anos, solteira, 2 filhos).

Embora se tenha percebido críticas dessas famílias aos governantes, em nenhuma das famílias entrevistadas se encontrou pessoas que fiscalizam as ações dos políticos ou mesmo que reivindicam de maneira mais efetiva melhorias junto a estes governantes, não há um movimento organizado. Existe, no entanto, uma concordância que pelo simples ato de votar, de eleger, que as

ações sociais deveriam ser feitas, e quando isso não acontece gera um descontentamento nestas famílias em geral.

4) *Garantias de transparência*: está ligado às interações dos indivíduos uns com os outros com base na confiança. Segundo Sen (2000) as garantias de transparência referem-se às necessidades de relacionamentos sinceros entre as pessoas.

Foi verificada a relação dessas famílias com os seus vizinhos e se a partir do convívio há troca de favores entre estes, já que se considera que esta seria uma das formas para perceber se há confiança entre os mesmos. A informação obtida é que 60% das famílias trocam favores e que sua relação com os vizinhos em 91% dos casos é boa em 4% dos casos é ruim e 5% afirmaram não se relacionar com seus vizinhos. Em relação às trocas de favores, os mais incidentes são: cuidar os filhos dos vizinhos quando o familiar tem que se ausentar ou para o trabalho ou por um outro motivo (27%); todos os tipos de favores (19%); doação de alimento para o vizinho (17%); vigiar a casa (8%); auxílio com remédios em casos de doença (8%); empréstimo de dinheiro (6%); e os demais se distribuem entre transporte, telefone, prestação de serviços, troca de objetos, entre outros (15%).

5) *Segurança protetora*: considerando que as diversas vulnerabilidades a que as pessoas pobres estão expostas, a garantia de uma rede de segurança social é necessária para impedir que as pessoas vivam em situação de miséria e fome.

Neste ponto, como ilustração de uma rede de segurança, fez-se uma avaliação sobre a satisfação dessas famílias beneficiadas em relação ao Programa Bolsa Família; 74% avaliam o programa como bom; 16% como regular; 5% como ruim; 1% afirma que a condições de vida permaneceram as mesmas; e 4% não responderam.

O relato a seguir descreve como a Bolsa Família constitui uma renda mensal que é pontual, e por isso garante a compra de alimentos, é essencial para àquelas famílias que não possuem renda certa, geralmente, por possuírem trabalho precário, ou temporário, ou mesmo por tempo determinado:

A Bolsa Família é bom, uma ajuda muito grande. Você sabe por quê? Por exemplo, minhas clientes só começam a me pagar a partir do dia 10, qualquer hora que você vir aqui tem dinheiro. Dia 20 em diante ninguém já não tem dinheiro. A Bolsa Família eu pego dia 2 ou dia 5, então é começo de mês, é uma fase que você está precisando, principalmente na feira, principalmente no material de escola. Eu tenho que comprar material para os quatro, então eu estou contando com essa Bolsa Família. Eles estudam com o dinheiro da Bolsa Família. Eu vou juntando, juntando e compro. Eu não tiro um centavo da Bolsa Família porque a Bolsa Família é pra você comprar alimento, pra gastar com dentro de casa.
(A. A. F, mulher, 29 anos, separada, 4 filhos).

A Bolsa Família tem ajudado e muito! Porque a gente já sabe que tem aquele dinheirinho no dia certo, né? Pode comprar arroz, comprar um feijão. Minha vida melhorou um pouco e a Bolsa Família me ajudou.
(M. L.S, mulher, 45 anos, casada, 12 filhos).

Das famílias pesquisadas, 61% falaram que houve mudanças na vida familiar após o recebimento do benefício, destacaram as seguintes mudanças: educação (57% afirmaram que melhorou); alimentação (68% afirmaram que melhorou); emprego (83% afirmaram que permaneceu sem alterações); saúde (51% afirmaram que permaneceu como antes) e renda (55% afirmaram que melhorou). Aliás, para algumas famílias cujos membros estão desempregados, a Bolsa Família, constitui o único meio de renda, é um exemplo daqueles pobres denominados por Paugam (2003) como *assistidos*, a renda que possuem advém da proteção social.

Desta maneira percebe-se que, de modo geral, houve uma melhora considerável do alcance das liberdades substantivas e instrumentais para as famílias beneficiadas, exceto em relação ao emprego que, como destacado anteriormente, é um atributo escasso na cidade de Montes Claros; e quanto à saúde que se destaca com certa facilidade de acesso para estas famílias.

Nas respostas dos formulários assim como nos relatos das entrevistas é muito comum a menção à Pastoral da Criança. Algumas famílias afirmam que sua vida comunitária e familiar melhorou a partir de sua participação na Pastoral da Criança. Nas reuniões que são promovidas mensalmente, os pais e as crianças comemoram datas como “Dia das mães, Dia dos pais, Dia das crianças” e assim se interagem e se sentem mais comprometidos com a sua comunidade. Algumas das mães afirmam que após tal participação, elas se tornaram mais comunicativas, elevaram seu contato com as demais pessoas do bairro, facilitando a troca de experiências e aprendizado.

Os agentes da Pastoral da Criança instruem as famílias incentivando o aleitamento materno, estimulam os pais para vacinarem seus filhos, educam as famílias de forma a evitarem a violência doméstica, produzem remédios caseiros como xarope e alimentos alternativos como a farinha nutritiva.

Dessa forma, pode se verificar, que como a pobreza assume distintas faces, as pessoas pobres analisadas nesse estudo desfrutam das liberdades substantivas e instrumentais de formas diferentes, umas são definidas apenas pela privação de um dos aspectos ou por um conjunto reduzido de privações, outras possuem um conjunto maior de desvantagens e, portanto, sua vivência é marcada por pobreza mais acentuada.

Considerações Finais

Embora a pobreza apresente faces distintas, foi abordada nesse estudo considerando-se dois aspectos fundamentais: o unidimensional, que leva em consideração a insuficiência de renda e o multidimensional, levando em consideração a privação das liberdades substantivas e instrumentais.

Em relação desigualdade de renda e os índices de pobreza unidimensional todos os municípios da microrregião de Montes Claros (MG) apresentam altos índices de desigualdade de renda, que são acompanhados de elevados índices de pobreza unidimensional. O município de Montes Claros, porém, apesar do índice de Gini ser um dos mais elevados da microrregião (0,62), possui um baixo índice de Sen. Esse fato pode ser explicado pelo número elevado de equipamentos sociais colocados a disposição da população desse município, com acesso maior a bens públicos a população pobre pode destinar sua renda para um consumo maior de bens privados, o que reduz a carência por bens materiais. Portanto, em termos renda, o maior problema da cidade de Montes Claros, de modo geral, não é a insuficiência dela, e sim a sua má distribuição.

Como o aspecto da renda não é suficiente para definir o fenômeno da pobreza, foram analisados os índices de pobreza multidimensional. Conforme se verificou, os atributos emprego e grau de escolaridade são os mais escassos, respectivamente, da microrregião, situação esta que reflete na baixa renda angariada pelas pessoas, justificando o número elevado de pessoas pobres segundo a linha de pobreza. Nesse aspecto a pobreza das pessoas que se encontram nessa situação é explicada pelas precárias condições quanto à escolaridade e à ocupação.

A comparação entre os índices de pobreza unidimensional e multidimensional revela que a pobreza econômica é muito mais acentuada que a pobreza multidimensional. Na investigação sobre a inter-relação entre desigualdade de renda e pobreza multidimensional, três grupos se formaram a partir dos municípios que compõem a microrregião de Montes Claros (MG): municípios em que a desigualdade de renda é elevada, porém a pobreza é menos intensa – destaque para a cidade de Montes Claros com o menor índice de pobreza multidimensional (0,17); municípios com pobreza multidimensional significativa e desigualdade de renda elevada; e os municípios que apresentam pobreza e desigualdades agudas.

Esses dados reforçam a percepção de que o município de Montes Claros é muito mais desigual em termos de renda que pobre economicamente e pobre segundo a abordagem multidimensional, quando analisado por meio de índices gerais.

Em relação à caracterização das pessoas pobres que vivem na cidade de Montes Claros (MG) dois grupos foram analisados: os respondentes dos formulários (análise quantitativa) e as

pessoas entrevistadas (análise qualitativa). Embora por meio dos formulários tenham-se evidenciado algumas características sobre a pobreza dessas famílias, as entrevistas permitiram coletar informações, percepções, sobre como a pobreza é vivenciada por essas pessoas.

A pesquisa mostrou que a maioria das famílias recebe o benefício para mais de duas crianças e/ou adolescentes, o que indica que o programa atinge um número elevado de membros por família. Do total de membros das famílias pesquisadas, cerca de 40% deles são beneficiários; 70% das famílias possuem entre 4 e 6 membros; e 57% do total das pessoas nasceram na cidade de Montes Claros. Para essas famílias, a principal dificuldade para a sobrevivência é a renda e em segundo lugar a escassez de emprego. Este resultado, grosso modo, aponta para a pertinência das análises com base nas condições materiais, captadas pela metodologia unidimensional. Ou seja, nota-se resultado distinto da escassez de atributos apontados para a cidade de Montes Claros como um todo, na análise do índice de pobreza multidimensional. Algumas dessas pessoas possuem a transferência de renda governamental (Bolsa Família) como única fonte de renda, outros como complemento da renda, porém, em sua maioria, entendem que essas transferências são apenas paliativas, e por isso procuram outras formas de emprego, mesmo que no mercado informal.

A partir dessa primeira caracterização passou-se para a análise das liberdades substantivas e instrumentais, para identificar os aspectos que limitam as condições de vida das pessoas e, portanto que as posicionam como pobres. Em relação às liberdades substantivas, quando se verifica a educação mínima (saber ler e escrever) há um percentual elevado entre os pesquisados, porém, o grau de instrução é baixo; 54% estudaram apenas até o ensino fundamental. Como destacado nas entrevistas, a escolaridade nula ou baixa é um dos pontos que limita a inserção no mercado de trabalho e, portanto, de se ter uma vida melhor. Em relação à alimentação adequada, um percentual elevado dos respondentes (56%) afirmou que não é suficiente e 24% das pessoas afirmaram ter passado fome durante algum momento de suas vidas. Logo, a alimentação adequada é cerceada pelas condições precárias de grande parte das famílias pesquisadas. Porém, há aqueles que encontraram formas para enfrentar as situações de privação alimentar por meio do trabalho, mesmo que informal; outros, pelos benefícios da Bolsa Família; enquanto aqueles que não são beneficiários do Programa e não conseguem nem mesmo trabalho informal, partem para a mendicância. Há também, no caso de privação alimentar infantil, famílias que modificaram o quadro de desnutrição a partir do trabalho da Pastoral da Criança.

Quanto às liberdades instrumentais, em relação às *facilidades econômicas*, embora as famílias respondentes dos formulários tenham afirmado que as condições de moradia são boas ou satisfatórias (70%), a realidade daqueles entrevistados demonstrou-se por vezes bem diferente. Alguns vivem em casa de adobe; em algumas residências não há abastecimento de água, outras correm risco de desmoronamento; a localização em favelas com alta criminalidade marca essas pessoas a ponto de restringir o acesso ao emprego. Quanto ao emprego apenas 28% do total de membros das famílias respondentes dos formulários trabalham. Segundo as famílias entrevistadas a rotatividade em trabalhos precários e as situações de desemprego são fatores que os conduzem à pobreza. Consideram que estar empregado é condição para prover o sustento familiar, tanto que 92% das famílias responderam que se houvesse emprego nada mais faltaria. Em relação à renda, 42% das famílias têm rendimento familiar entre 1 e 1,5 salário mínimo e 40% um rendimento entre 0 a 1 salário mínimo. Portanto, em geral, o rendimento familiar é baixo o que corrobora a declaração dessas famílias quando dizem que essa renda permite levar a vida até o fim do mês com muita dificuldade. Esta renda familiar é muitas vezes complementada com a Bolsa família. As famílias entrevistadas que não possuem a renda do benefício, em geral, passam por dificuldades maiores.

No caso das *oportunidades sociais* desfrutadas por essas pessoas, o grupo que respondeu o formulário avalia positivamente a infra-estrutura. Porém, o grupo das pessoas que foram entrevistadas apontou pontos infra-estruturais falhos, que colocam suas vidas em situações de riscos e doenças. É comum entre os moradores o desejo de mudança do lugar, mas não o fazem por falta de condições financeiras. Avaliam o acesso à saúde de maneira positiva, porém, nem sempre têm acesso a medicamentos gratuitos e quando é necessário comprar sentem dificuldades.

Em relação *liberdades políticas*, todos os pesquisados e entrevistados participam do processo eleitoral. A partir de alguns depoimentos, foi possível identificar algumas insatisfações em relação aos governantes, pelo fato desses não cumprirem promessas de melhorias para o bairro.

Na análise sobre as *garantias de transparência*, observou-se que os vizinhos se interagem principalmente ao trocar favores entre si; a confiança entre eles permite que se sintam seguros ao deixar os filhos ou a casa para que o vizinho cuide em sua ausência. Nesse ponto observou-se também, por meio dos laços de solidariedade entre os vizinhos, transferências de renda e bens materiais das pessoas pobres para aquelas em situação de pobreza ainda mais extrema. Esses fatores contribuem para atenuar, ao menos de forma imediatista a pobreza para essas pessoas.

E por fim, *segurança protetora* – as redes de proteção social, públicas e privadas, como o Programa Bolsa Família do governo federal e mesmo as organizações como a Pastoral da criança têm um papel importante na redução das condições de pobreza. Por meio do benefício da Bolsa Família algumas famílias garantem a compra de alimentos, vestuários, material escolar etc. Avaliam o programa como muito bom, embora não altere as condições de acesso ao mercado de trabalho, tem melhorado a condição de grande parte das famílias em situação de pobreza. Porém, o programa não faz o acompanhamento dessas famílias, pode se verificar em algumas delas, que os responsáveis não sabem, por vezes, como utilizar a renda recebida transformando-o em consumo de alimentos saudáveis, em aquisição de remédios, higiene das crianças e das residências. Muitas vezes isso não é feito não por falta de interesse, mas por falta de informação, de como cuidar dos próprios filhos. E esse papel muitas vezes é desempenhado, conforme relatos expostos nessa pesquisa, pela Pastoral da Criança, que além de auxiliar no combate à desnutrição infantil, ensina as mães como cuidar dos filhos, propicia encontros que permitem que essas famílias se interajam.

Portanto, verificou-se nesse estudo que as condições de pobreza são vivenciadas e enfrentadas de formas distintas na cidade de Montes Claros (MG), para uns de forma mais intensa, para outros em apenas alguns aspectos. Assim não se pode definir os pobres apenas como aqueles que possuem renda baixa, ou pelo desemprego, ou pela mendicância, ou pela assistência, ou pela dependência, ou por qualquer outro tipo de estigma. O fenômeno da pobreza é multifacetário e, por isso, requer enfrentamentos diversificados, políticas de combate diferenciadas, respeitando as especificidades territoriais locais.

Referências Bibliográficas

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil: 1991-2000. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; IPEA, PNUD, 2003.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. *Econômica*, v. 4, pág 25-59, 2002.

LOPES, Helger Marra. Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: uma aplicação para Brasil e Minas Gerais. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2003.

NEUMANN, Zilda Arns (coord). *Guia do Líder da Pastoral da Criança*. Curitiba: Posigraf S/A, 2000.

PAUGAM, Serge. *Desqualificação Social: ensaio sobre a pobreza*. São Paulo: Educ/ Cortez, 2003.

RIBAS, Rafael Perez. *Permanência, transição, vulnerabilidade? Três análises dinâmicas sobre a pobreza no Brasil*. Belo Horizonte: Cedeplar/Face – UFMG, 2006.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia de letras, 2000.